

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-
GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO MUNICIPAL
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

BRASIL

2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
EM GESTÃO MUNICIPAL
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Comissão de Apoio à Diretoria de Educação a Distância na Gestão do PNAP

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)

Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)

Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)

Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)

Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

Tal programa nasce a partir da experiência piloto do curso de Administração, em 2006, que foi supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além desse bacharelado, o PNAP é composto de três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso da especialização em Gestão Pública Municipal, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Maria Aparecida da Silva (UFAL), Dario de Oliveira Lima Filho (UFMS), Silvar Ribeiro (UNEB), Anderson Castanha (UFJF) e Marcos Tanure Sanabio (UFJF).

Nesse contexto, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento em Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública, com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos (PPC); o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017 foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que participaram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira
Coordenador

1 Dados de identificação do curso

a) Nome do curso:

Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

b) Proponente:

UEM – Universidade Estadual de Maringá
DAD – Departamento de Administração

c) Público-alvo:

Profissionais e demais interessados no setor público, em especial com interesse e ou atuação nos municípios.

d) Número de vagas:

Serão ofertadas 150 vagas, assim distribuídas:

- Polo UAB de Astorga: 30 vagas;
- Polo UAB de Bela Vista do Paraíso: 30 vagas;
- Polo UAB de Céu Azul: 30 vagas;
- Polo UAB de Nova Santa Rosa: 30 vagas;
- Polo UAB de Sarandi: 30 vagas.

e) Formas de ingresso:

O processo seletivo de alunos, para as vagas do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, ocorrerá em duas etapas:

- A primeira etapa será eliminatória e consistirá na checagem da documentação do candidato. Será eliminado o candidato que não apresentar a documentação exigida, conforme as especificações do edital que regerá o processo seletivo;
- A segunda etapa será classificatória e eliminatória, que consistirá na análise e pontuação do Currículo Lattes do candidato, de acordo com os critérios que serão especificados no edital que regerá o processo seletivo.

f) Duração do curso:

O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses.

(O prazo de duração do curso não poderá ser inferior a 06 meses e superior a 18 meses, incluindo o tempo destinado à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC)

g) Previsão para início das atividades:

A previsão para início das atividades acadêmicas é a data de 03 de maio de 2021.

2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Municipal e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Municipal vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera municipal.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Municipal no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Ofício Circular nº 13/2020-CAAC/CGPC/DED/CAPES;
- Ofício Circular nº 14/2020-CAAC/CGPC/DED/CAPES;
- Resolução 007/2009 – CEP/UEM.

Além disso, em 25/03/2013, a Resolução nº 009/2013 – COU, aprova o PDI/UEM 2012 a 2016, mantendo-se os projetos do sistema EAD para o Departamento de Administração. Recentemente, foi aprovado em reunião interdepartamental, junto ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CSA/UEM, Edital

No. 001/202-CI-CSA, o PDI/UEM/CSA 2021-2024 que mantém os projetos EaD no âmbito do CSA/UEM por meio da Resolução 005/2021-CI/CSA.

Desse modo, de acordo com esses dispositivos legais, regimentais e institucionais, o curso de pós-graduação em questão estará lotado no Departamento de Administração.

3 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. No entanto, o Poder Público Municipal deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsabilmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático não se torna efetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da administração pública municipal.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação da política pública municipal.

4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância, a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 Caracterização regional

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi criada pela Lei Estadual Nº 6.034, de 06/11/69 (D.O.E. de 10/11/69 p. 1) - Autoriza a criação das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba.

O Decreto Estadual Nº 18.109, de 28/01/70 (D.O.E. de 30/01/70 p. 1) - Cria, sob forma de fundação, a Universidade Estadual de Maringá e dá outras providências.

O Decreto Estadual Nº 532/75, de 26/05/75, aprova em caráter definitivo o Estatuto da Universidade.

O Decreto Federal Nº 77.583, de 11/05/76 (D.O.U. de 12/05/76) - Concede Reconhecimento à Universidade Estadual de Maringá.

A Lei Estadual Nº 9.663, de 16/07/91 (D.O.E. de 16/07/91 p. 4) - Transforma em Autarquia a Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Caracterização como Instituição de Utilidade Pública:

- A Lei Municipal Nº 820/71, de 02/03/71 - Maringá/PR - Declara de “Utilidade Pública” a Fundação Universidade Estadual de Maringá.
- O Ato Declaratório Nº 37/71, da Delegacia da Receita Federal.
- O Registro Nº 33334.000004/85.29.00, de 29/03/90, do Conselho Nacional de Serviço Social, por se tratar de Instituição criada pelo Poder Público Estadual.
- O Decreto Estadual Nº 2.276, de 11/01/88 (D.O.E. de 12/08/88 p. 4) - Institui a gratuidade do Ensino Superior, nas Universidades e Faculdades isoladas, mantidas pelo Estado do Paraná.

A UEM, criada como entidade de direito público, é dotada de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, tendo sido transformada em autarquia, mantida sua personalidade pública.

Até a criação da UEM, no ano de 1970, o atendimento às necessidades da educação superior em Maringá era suprido por três instituições estaduais isoladas de ensino superior: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, Faculdade Estadual de Direito, criada em 1966 e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1966.

No conjunto, estas faculdades ofereciam um total de sete cursos de graduação: Ciências Econômicas, Direito, História, Geografia, Ciências de 1º Grau, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas.

A Lei Estadual nº 6.034 de 6 de novembro de 1969 autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar a Universidade Estadual de Maringá, agregando à mesma as faculdades existentes na cidade. Pelo Decreto Estadual nº 18.109 de 28 de janeiro de 1970 foi criada, sob a forma de fundação de direito público, a Fundação Universidade Estadual de Maringá (UEM). Seu reconhecimento pelo Governo Federal ocorreu em 11 de maio de 1976, por meio do Decreto Federal nº 77.583. No ano de 1991 o Governo do Estado do Paraná transformou as instituições públicas por ele mantidas em autarquia estadual, conforme disposto na Lei Estadual nº 9.663 de 17/07/91, mantendo a mesma denominação da Universidade Estadual de Maringá.

Os primeiros sete anos da Instituição, de 1970 a 1976, foram marcados pela ocupação gradativa do Câmpus definitivo e pela implantação de 15 cursos de graduação: Matemática, Química e Administração, em 1971; Engenharia Química e Engenharia Civil, em 1972; Estudos Sociais, Educação Física, Pedagogia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis e Física, em 1973; Farmácia-Bioquímica, em 1974; Processamento de Dados e Zootecnia, em 1975. Os cursos de Engenharia, Matemática, Química e Física passaram a ser coordenados pelo Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (ICET), criado em 1972. Atualmente, a UEM oferece 36 cursos de graduação distribuídos pelo Campus Sede, Campus Extensão de Cianorte e Campus Regional de Goioerê.

Até o reconhecimento da Universidade pelo Governo Federal, por meio do Decreto Federal nº 77.583, de 11 de maio de 1976, foi mantido o modelo estrutural de três faculdades e um instituto. A partir dessa data, adotou-se o modelo de departamentos, como menor fração da unidade universitária, coordenados por centros de estudos. A coordenação didático-pedagógica dos cursos passou a ser exercida pelos colegiados de curso e os departamentos assumiram, então, características mais administrativas.

No ano de 1977 foi criado o curso de Agronomia. A partir de 1978, foram identificadas algumas tendências que, sistematizadas por temas, enfocavam as atividades-fim da Universidade: ensino, pesquisa, extensão, cultura e as atividades administrativas.

No ensino, procurou-se a melhoria de sua qualidade por meio de incentivo ao desenvolvimento de projetos de ensino, aumento do número de monitores e também pela realização de eventos sobre a temática.

Os currículos dos cursos foram redefinidos com o objetivo de atualizá-los e torná-los mais flexíveis, possibilitando um fluxo acadêmico mais regular e uma formação capaz de acompanhar os avanços da ciência, da tecnologia e da própria sociedade.

Novos cursos foram criados: Psicologia, em 1979; Enfermagem e Obstetrícia, em 1981; bacharelado em Química, em 1984; bacharelado em Geografia, em 1987; bacharelados em Física e Ciências Biológicas, em 1988. Nesse mesmo período, houve a desativação dos cursos de licenciatura de curta duração existentes, sendo eles: Ciências, em 1979, Ciências de 1º Grau, em 1984, e Estudos Sociais, em 1987.

Em 1986, a Universidade começava a dar mostras de sua abrangência regional com a criação de cursos fora de sede, na cidade de Cianorte, a 80 km do Câmpus Sede. Foram criados e implantados os cursos de graduação em Pedagogia e Ciências Contábeis. Essa tendência ganhou consistência com a criação e a implantação do Câmpus Regional de Goioerê, em 1991, com dois cursos de graduação: Engenharia Têxtil e Licenciatura Plena em Ciências, por meio de um convênio envolvendo a UEM e um consórcio intermunicipal formado por sete municípios, a saber: Goioerê, Janiópolis, Moreira Sales, Juranda, Mariluz, Boa Esperança e Rancho Alegre. Também foram criados os Campus de Porto Rico, Cidade Gaúcha e Diamante do Norte, que completam o suporte universitário para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 1988, foram criados e implantados os cursos de Medicina, Odontologia e Ciência da Computação. A criação dos cursos de Medicina e Odontologia teve como consequência a implantação de um complexo de saúde, formado por um hospital universitário, uma clínica odontológica, uma unidade de psicologia aplicada e um hemocentro.

A partir de 1992, após vários anos de estudos e discussões, a UEM alterou seu regime acadêmico, substituindo o sistema de créditos e matrícula por disciplinas pelo regime seriado anual para seus cursos de graduação. Novos currículos foram elaborados, agora com a obrigatoriedade de cada curso ter um projeto pedagógico conduzindo à identidade profissional, facilitando a avaliação da qualidade do ensino que a instituição oferece. O regime de créditos remanescente ficou somente para os alunos em fase final de curso, os das demais fases foram adaptados ao novo regime seriado. No ano de 1996, o sistema de créditos e matrícula por disciplinas foi totalmente extinto.

Em 1998 foi implantado o curso de Bacharelado em Informática. Tendo como um dos focos principais o ensino de graduação e com o apoio de várias entidades representativas da comunidade local e regional a Universidade implantou, no ano letivo de 2000, onze novos cursos de graduação, ampliando em quase 50% o número de cursos existentes. Neste ano foram implantados os cursos de Engenharia de Produção com ênfases em Agroindústria, Confeção Industrial, Construção Civil e Software; Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, Arquitetura e Urbanismo, Secretariado

Executivo Trilíngue, Estatística, Filosofia e Ciências Sociais. Esses cursos foram viabilizados a partir de estudos realizados pela Universidade, em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Regional de Maringá (Codem), que envolve 87 entidades locais e regionais.

No que diz respeito ao ensino de pós-graduação, desde o início dos anos 80 vem aumentando o número de cursos de especialização oferecidos pela UEM. Em 2000, estão em andamento 37 cursos de especialização. Quanto aos cursos de pós-graduação stricto-sensu, no ano de 1986, foram criados os dois primeiros cursos de mestrado, sendo um em Ciências Biológicas e o outro em Química Aplicada. Atualmente, são ofertados 14 cursos de mestrado. A partir de 1992 a UEM implantou o regime seriado para seus cursos de graduação. Novos currículos tiveram que ser elaborados, agora com a obrigatoriedade de cada curso ter um projeto pedagógico conduzindo à identidade profissional, facilitando a avaliação da qualidade do ensino que a instituição oferece. O regime de créditos remanescente ficou somente para os alunos em fase final de curso. Os discentes das demais fases foram adaptados ao novo regime seriado. No ano de 1996, o sistema de créditos foi totalmente extinto.

Ainda no ano de 2000 foi aprovada oferta do primeiro curso de graduação da UEM na modalidade de educação à distância: o curso Normal Superior, habilitação em Licenciatura para os dois Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Licenciatura Plena, com o objetivo principal de capacitar professores para o ensino fundamental, atendendo alunos de 69 municípios da região noroeste do Paraná. Para a oferta do curso e da modalidade de educação à distância foram instalados, em parceria com prefeituras municipais, 42 centros de estudos, agrupados em três Polos Regionais nos campi da UEM em Cidade Gaúcha, Diamante do Norte e Goioerê. A Universidade foi credenciada para atuar na modalidade de Educação a Distância, no ensino de graduação e pós-graduação, pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria Ministerial nº 3.242, de 18/10/2004. No ano de 2005 a UEM reformulou seu sistema de educação à distância, agora firmando termos de cooperação e convênio com municípios para credenciamento dos interessados na instalação de Centros de Educação a Distância. No mesmo ano foi ofertada a segunda turma do curso Normal Superior, com 2.100 vagas. Foram credenciados 57 municípios com Centro de Educação a Distância, distribuídos em sete Polos Regionais de Educação a Distância da UEM, nos Campi de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Umuarama e dois outros Polos, em convênio, nos municípios de Paranavaí (Fafipa) e Sarandi (Prefeitura Municipal).

Dando continuidade ao processo de ampliação da oferta do ensino de graduação, a UEM implantou no ano letivo de 2002 mais nove cursos, desta vez priorizando o desenvolvimento regional, criando, um novo Câmpus no Município de Umuarama e implantando o primeiro curso de graduação no Câmpus do Arenito, no Município de Cidade Gaúcha. Os cursos autorizados no ano de 2002 são: Agronomia, Medicina Veterinária, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Construção Civil e Tecnologia em Meio Ambiente no Câmpus Regional de Umuarama. No Câmpus do Arenito, em Cidade Gaúcha, foi aprovado o curso de Engenharia Agrícola; no Câmpus Regional de Cianorte foram implantados os cursos de Moda e de Design; já no Câmpus Sede, em Maringá, foi criado o curso de Música.

Ampliando a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância, no ano de 2007, a UEM ingressou no sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Ministério da Educação, com a oferta de 750 vagas para o curso de graduação em Administração, ofertado em convênio com o Banco do Brasil, para qualificação de funcionários do Banco e servidores públicos. O curso é ofertado em 10 Polos de Educação a Distância da UEM, nos Campi de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Umuarama e, em convênio nas Universidades Estaduais: Unicentro, Unioeste, UEPG e UEL.

No que diz respeito ao ensino de pós-graduação, desde o início dos anos 80 vem aumentando o número de cursos de especialização oferecidos pela UEM.

Quanto aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no ano de 1987, foram criados os dois primeiros cursos de mestrado, sendo um em Ciências Biológicas e o outro em Química Aplicada.

Em 1990, foram iniciados os cursos de mestrado em Engenharia Química e Educação (fundamentos da educação e aprendizagem e ação docente). Em 1991, teve início o curso de mestrado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais e, sob esta mesma denominação, em 1992, teve início o primeiro curso de doutorado da UEM. No ano de 1993, foi criado e teve início o curso de mestrado em Zootecnia e ainda foram criados os cursos de mestrado em Economia e Direito, iniciados em 1994. No ano de 1995, teve início o curso de mestrado em Agronomia (Produção Vegetal). No ano de 1997 foram implantados os cursos de Física e Linguística Aplicada, em nível de mestrado. No ano de 1998 foram implantados os mestrados em Matemática e Geografia e, ainda, os cursos de Ciências Biológicas (Biologia Celular) e Zootecnia, em nível de doutorado. No ano de 1999 tiveram início os cursos de mestrado em Administração e História, ofertados de forma interinstitucional, juntamente com a Universidade Estadual de Londrina. Ainda neste ano, foram implantados os cursos de Física, Engenharia

Química e Agronomia, em nível de doutorado. Em 2000 foram implantados os curso de Ciências Farmacêuticas e o Doutorado em Química Aplicada. Já em 2002, os cursos de Ciência da Computação, Genética e Melhoramento, Ciências da Saúde e de Análises Clínicas, todos em nível de mestrado. No ano de 2004 foram criados os cursos de Educação para Ciência e o Ensino da Matemática, História e Enfermagem, em nível de mestrado. Em 2007 tivemos a aprovação do Curso de Mestrado em Odontologia, totalizando 27 cursos de mestrado e 10 de doutorado. Em 2008 tivemos a aprovação do Curso de Mestrado em Ciências Sociais, totalizando 28 cursos de mestrado e 12 de doutorado.

As atividades de pesquisa tiveram aumento significativo a partir de 1979, acompanhando o aumento de projetos, houve diversificação de áreas de pesquisa e a necessidade de se estender suas bases tanto para coleta de dados de campo como para levar essas atividades a outros lugares. Para dar suporte a isso, surgiram os seguintes campi: Câmpus de Porto Rico, Câmpus do Arenito, localizado em Cidade Gaúcha e Câmpus Regional do Noroeste, em Diamante do Norte, além do Câmpus Sede em Maringá e os existentes em Cianorte e em Goioerê. Contribuíram para esse crescimento, dentre outras condições básicas, a melhoria da qualificação pessoal, uma progressiva flexibilidade de atribuições de encargos pelos departamentos, um aumento na captação de recursos externos, a regulamentação da Dedicção Exclusiva (DE) e posteriormente do regime de trabalho Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE), a estruturação e implantação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DPG) e, mais recentemente, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG).

Visando a qualidade da pesquisa realizada na UEM, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, analisando proposta elaborada pela comunidade acadêmica da UEM sob a coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, regulamentou as atividades de pesquisa com moderna legislação.

Na intenção de ampliar os meios de divulgação de suas atividades, foi implantada, em 1992, uma editora (Eduem) que tem como objetivo facilitar a publicação dos trabalhos científicos produzidos na Universidade e a editoração da revista científica *Acta Scientiarum*, com sua periodicidade regular e indexada em sete indexadores entre nacionais e estrangeiros.

Em 1996 foram criadas a Livraria Universitária e a Rádio Universitária FM, sintonizada no prefixo 106,9 MHz.

A melhoria da qualificação de seu quadro de pessoal propiciou um crescimento significativo das atividades de extensão e prestação de serviços, a partir da

década de 80. Desde então, as atividades mais frequentes se relacionam às de apoio ao ensino fundamental e médio, educação infantil e educação especial.

Na temática administrativa, os recursos humanos sempre foram alvo de atenção e preocupação na UEM. No início da década de 80, houve uma expansão progressiva tanto do quadro de pessoal docente como do quadro técnico-administrativo, sendo que já, ao seu final, tal taxa de expansão viria a diminuir, tornando-se estável a partir de 1990 e não tendo como tendência de crescimento, mesmo com as novas atividades da Universidade, resultante de sua aproximação com a comunidade regional e da verticalização do ensino.

Em um enfoque mais qualitativo, observa-se uma melhoria no perfil da qualificação e produção acadêmica dos servidores que é resultado da conjugação, dentre outros, dos seguintes fatores:

- a) regulamentação interna da capacitação docente desde 1981, com constantes aperfeiçoamentos e com o esforço institucional para manter 15% dos docentes de cada departamento em pós-graduação dentro do Plano Institucional de Capacitação Docente;
- b) a implantação do Plano de Capacitação Técnico-Administrativo, que vinha sendo executado de maneira informal, tornou-se regulamentado institucionalmente a partir de 1988.

Quanto à estrutura organizacional da UEM, observa-se que ela vem se modernizando desde 1988 para atender aos objetivos institucionais e para facilitar a interação da Universidade com os outros segmentos da comunidade. A comunicação e a informação, bem como as atividades de mídia, tanto em nível interno como externo, ficam a cargo de uma Assessoria de Comunicação Social que, além das atividades diárias de cobertura de eventos, notícias da universidade, reportagens, etc., editam semanalmente um boletim informativo e mensalmente faz circular o Jornal da UEM que é, inclusive, encartado nos jornais locais.

Merece destaque a introdução da informática no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Isso está sendo posto em prática em nível local pelo uso de microcomputadores, constantemente atualizados, como em nível global descentralizado pela utilização de servidores, com terminais espalhados por todo o Câmpus Sede e pelos Campi Regionais. Em abril de 1998, a UEM ligou-se à Rede Intranet Paraná em ATM/ISDN, instalada em 36 unidades telemáticas nas 16 instituições de ensino e tecnologia vinculadas à Secretaria de Estado de Ciência,

Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. A Intranet Paraná é a base para o sistema estadual de ciência e tecnologia.

No ano de 2005 a Universidade passou a integrar a rede corporativa de voz, dados e imagem do Governo do Estado do Paraná, um sistema de comunicação capaz de trocar informações com transparência total de facilidades, com capacidade de transmitir todos os recursos disponíveis. Além de outros benefícios a instalação da rede possibilitou a implantação do sistema de videoconferência no Câmpus sede e nos demais campi da UEM.

Dando continuidade ao processo de expansão de curso na UEM, em 2009/2010 foram criados, na modalidade a distância, os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Física, História, Letras e Pedagogia, e na modalidade presencial os cursos de Artes Cênicas, Artes Visuais, Biomedicina, Bioquímica, Comunicação e Multimeios, Engenharia Elétrica e Tecnologia em Biotecnologia (câmpus Sede) Engenharia Ambiental, Engenharia Civil e Engenharia de Alimentos (câmpus de Umuarama) Engenharia de Produção e Licenciatura em Física (câmpus de Goioerê), além da criação do Câmpus de Ivaiporã (Decreto Estadual nº 7.106, de 14 de maio de 2010) e conseqüente criação dos cursos de Educação Física, História e Serviço Social (câmpus de Ivaiporã).

7 Integração e articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Especialização em Gestão Pública Municipal a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Universidade Estadual de Maringá, iniciou um processo de discussão sobre a Educação a Distância - EAD, modalidade de ensino, contemplada nos artigos 80 e 87 da nova Lei.

No ano de 1997, acompanhando as discussões nacionais envolvendo o novo cenário educacional, com forte tendência à implementação de novas tecnologias, tanto no processo ensino-aprendizagem dos cursos presenciais, quanto no aprofundamento dos estudos para implementação de nova forma de organização de cursos superiores na modalidade de educação a distância, a Pró-Reitora de Ensino solicitou ao Magnífico Reitor, por meio do Ofício nº 095/97-PEN, de 23/10/1997, a constituição de uma comissão para tratar das questões relativas à EAD na Universidade Estadual de Maringá.

A Pró-Reitora, na solicitação considerou as “muitas solicitações de implantação do Programa de Educação a Distância em Municípios do Paraná” e a “oportunidade que se apresenta com a nova LDB e com o convite formulado pela SEED”. O convite a que se refere a Pró-Reitora diz respeito à solicitação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, para que as instituições de educação superior do estado elaborassem projeto de curso para capacitação de professores leigos da rede estadual de educação.

Ainda no ano de 1997, por meio da Portaria nº 2602/1997-GRE, o Magnífico Reitor instituiu uma comissão responsável pela educação a distância na UEM, com as seguintes atribuições:

- elaborar projeto para a criação de infraestrutura com a finalidade de viabilizar a Educação a Distância na UEM;
- elaborar projeto de Pedagogia a Distância, a ser executado pela UEM, para qualificar, em nível superior, os professores que estão atuando nas redes estadual e municipais do Estado do Paraná;
- subsidiar a elaboração do projeto Global de Qualificação de Professores na esfera estadual.

A referida comissão foi composta pelos seguintes servidores: Prof. Argemiro Aluísio Karling, do Departamento de Teoria e Prática da Educação, como Presidente da comissão; Prof. Álvaro José Periotto, do Departamento de Informática; Prof. João Segura Pappa, do Departamento de Teoria e Prática da Educação; Técnico José Carlos Gomes, Técnico em Assuntos Educacionais da Pró-Reitoria de Ensino; Arquiteta Ivaldyne Maria Neves de C. Melo, da Prefeitura do Campus e a aluna Jaqueline Melchior Fernandes.

Após diversas reuniões, discussões e estudos, a Comissão reuniu-se com o Magnífico Reitor, apresentando ao mesmo as tendências, as dificuldades e problemas para a implementação da EAD na UEM. Nessa reunião, o Reitor sugeriu que a comissão elaborasse proposta de regulamento de um programa de educação a distância para a UEM. A Comissão, no dia 28/04/1998, encaminhou proposta de regulamento para criação do programa, conforme consta às fls 6 a 10 do Processo nº 728/98.

A criação do programa, após parecer favorável da Assessoria de Planejamento, foi oficializada pela Portaria nº 1.002/1998-GRE, de 13/05/1998, que em seu art. 1º cria o Programa de Educação a Distância - Pread, vinculado ao Gabinete da Reitoria. O art. 2º da mesma Portaria aprovou o regulamento do Pread, com o objetivo de iniciar estudos necessários à implantação da educação a distância na Universidade, capacitar pessoal docente e técnico, principalmente quanto ao

domínio das tecnologias educacionais e produção de material para a oferta de cursos nessa modalidade de educação.

A principal proposta do Programa de Educação a Distância da UEM tinha como fundamento a ampliação da oferta de vagas para cursos superiores, contribuindo dessa forma para a mais ampla socialização do conhecimento, dando prioridade à qualificação do educador, com atuação na educação infantil, ensino fundamental e médio.

No mesmo ano de 1998 o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, promoveram uma Missão de Estudos à Inglaterra e Espanha, realizada entre os dias 18 e 30 de julho de 1998, para conhecimento da organização e funcionamento da Educação a Distância naqueles países, especificamente na “Open University”, Inglaterra e na “Universidade Aberta de Educação a Distância - UNED”, na Espanha. Nessa missão a Universidade Estadual de Maringá foi representada pelo Prof. Argemiro Aluísio Karling. As universidades visitadas apresentavam à época cerca de 150.000 (cento e cinquenta mil) alunos matriculados, cada uma, todos na modalidade de EAD.

Internamente, o Pró-Reitor de Ensino organiza uma reunião, no dia 17/03/99, convidando todos os departamentos e servidores interessados em ampliar as discussões sobre educação a distância na UEM (Ofício nº 002/99-PEN, fls. 03 do Processo nº 967/2000). Nesta reunião ficou decidido que os departamentos deveriam encaminhar à Pró-Reitoria de Ensino as suas experiências e propostas relativas à EAD. A Pró-Reitoria de Ensino encaminhou o Ofício nº 003/99-PEN a todos os Departamentos solicitando o encaminhamento de resumos de projetos desenvolvidos e em desenvolvimento envolvendo a modalidade de educação a distância, informando: 1) objetivo do projeto; 2) população alvo; 3) metodologia de educação a distância a ser utilizada; 4) docentes envolvidos; 5) departamentos participantes; 6) fontes de financiamentos; 7) outras informações pertinentes. A Pró-Reitoria recebeu pronunciamento dos departamentos (fls. 05 a 18 do Processo nº 967/2000) de Matemática, Física, Estatística e Engenharia Química, que manifestaram interesse em participar de projetos em EAD. Ademais, o Instituto para o Desenvolvimento da Educação e da Cidadania - INDEC encaminhou ofício propondo parceria com a UEM para a realização de um curso experimental para qualificação de professores de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, em serviço.

No ano de 2000 a Universidade promoveu, juntamente com a Universidade Federal do Mato Grosso um curso de pós-graduação, em nível de especialização, para a “Formação de Profissionais para atuação em Educação a Distância”.

Participaram do curso professores da UEM, técnicos e professores das redes estadual e municipal de ensino, com o objetivo de formar orientadores acadêmicos e qualificar uma equipe multidisciplinar para atuarem no desenvolvimento de um curso de graduação, na modalidade de educação a distância.

Ainda durante o ano de 2000, a UEM procedeu a aprovação de normas regulamentadoras da modalidade de educação a distância, e aprovação do projeto pedagógico do primeiro curso de graduação, o curso de Licenciatura Plena para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso. O curso foi iniciado no ano de 2001, sendo ofertadas 1.500 vagas, alocadas em três Polos Regionais nos Municípios de Cidade Gaúcha, Diamante do Norte e Goioerê, todos no Estado do Paraná. Os três Polos Regionais gerenciaram 43 Centros de estudos distribuídos em cidades da região de influência de cada Polo, envolvendo 69 municípios, com um total de 1.346 alunos matriculados, todos professores do ensino fundamental. A conclusão da primeira turma do curso ocorreu no ano de 2004, cuja colação de grau foi realizada em solenidade conjunta em Maringá. Na cerimônia realizada no dia 26/06/2004, colaram grau, 1.149 formandos. O Magnífico Reitor, presidindo a cerimônia, lembrou que a UEM já formara cerca de 30 mil profissionais, das mais variadas áreas do conhecimento, porém, esta formatura tinha uma conotação diferente, pois representava um verdadeiro projeto de inclusão social.

O credenciamento oficial da UEM para atuar na modalidade de Educação a Distância ocorreu no ano de 2004, por meio da Portaria nº 3.242, de 18 de outubro de 2004, do Ministério da Educação, com base no Parecer nº 251/2004-CNE/CES, de 16/09/2004, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação.

Para a expedição dos diplomas aos alunos concluintes do curso Normal Superior, na modalidade de Educação a Distância, o reconhecimento do curso foi providenciado pela Universidade, cuja comissão verificadora do Conselho Estadual de Educação, foi favorável ao reconhecimento, conforme consta do Parecer nº 249/2005-CEE/PR, de 24 de maio de 2005, o qual, homologado pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior foi encaminhado à Casa Civil para sanção governamental, sendo expedido o Decreto Estadual nº 4.871, de 24/05/2005, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6982 de 24/05/2005, página 6. Dessa forma, o período de 2001 a 2004, foi dedicado à implantação e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso Normal Superior, com a coordenação do Departamento de Fundamentos da Educação, juntamente com os demais departamentos envolvidos no projeto do curso.

No ano de 2004, em 11/02, quando da apreciação do relatório da Comissão instituída pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão com o objetivo de avaliar as condições de oferta do curso Normal Superior e funcionamento da educação a distância na UEM, o referido Conselho, ao deliberar pela continuidade da oferta do curso (Resolução nº 002/2004-CEP), determinou, dentre outras questões que:

- a Universidade elabore seus próprios projetos de ensino à distância para que sejam um reflexo da Instituição e atenda o perfil da nossa comunidade.
- sejam utilizados outros meios de comunicação, tais como teleconferências, videoconferências e internet.
- seja criado na UEM um núcleo de produção de material audiovisual.

Nos anos de 2004 e 2005 a Pró-Reitoria de Ensino desenvolveu inúmeras ações de forma a revisar atos normativos visando a institucionalização e implementação da modalidade de educação a distância na UEM, em atendimento às determinações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Ministério da Educação, principalmente quanto à legislação interna e implementação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cursos e programas nessa modalidade de educação.

No ano de 2005 a UEM abriu Processo Seletivo para ingresso de nova turma no Curso Normal Superior, após reformulação de seu projeto pedagógico, agora com material didático próprio, elaborado por professores da UEM e convidados, sob a coordenação do Departamento de Fundamentos da Educação. Ainda no ano de 2005 a UEM iniciou sua participação na oferta do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no consórcio EAD-PR-CENTRO, liderado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro), com 50 vagas no Polo Regional de Educação a Distância de Goioerê.

A solicitação da UEM, junto ao Ministério da Educação para ingressar no Projeto Piloto da Universidade Aberta do Brasil - UAB, foi deferida no final do mês de abril de 2006, sendo o projeto apresentado na Câmara de Graduação que deliberou pelo ingresso da UEM no projeto experimental do curso de Administração na modalidade a distância, após deliberação pelo Departamento de Administração. O Processo Seletivo para o curso, em função do calendário nacional da UAB, foi realizado em 28 de maio de 2006. Em 2010, o Departamento de Administração iniciou a primeira turma do curso de Graduação em Administração Pública, em 2014 a segunda turma, em 2018 teve início a terceira turma e início da quarta turma em 2021. Com relação à pós-graduação, esse departamento concluiu duas turmas dos cursos de Especialização em Gestão Pública e Gestão Pública Municipal. Teve início a

terceira turma do Curso de Especialização em Gestão Pública, no segundo semestre de 2017 e, no primeiro semestre de 2018, o Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal.

A modalidade de Educação a Distância na Universidade Estadual de Maringá é uma realidade que vem sendo consolidada nos últimos anos, como podemos observar em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, aprovado pela Resolução nº 04/2006-COU, de 8/05/2006, no qual constam as seguintes ações relativas à EAD:

VI - ESTRATÉGIAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS POR ÁREAS

6.1 - Ensino de Graduação

10 - Garantir a oferta de cursos na modalidade de ensino a distância

ÁREA: 6.1 – Ensino de Graduação

Objetivo: 10 - Garantir a oferta de cursos na modalidade de ensino a distância.

Implantar cursos de graduação na modalidade de educação a distância em Letras, História, Física, Ciências Biológicas e Administração (PEN/CCH/CCE/CCB/CSA)

ÁREA: 6.2 – Ensino de Pós-Graduação

Objetivo: 2 - Manter e oferecer novos cursos de pós-graduação lato sensu

CCS - Oferecer 2 cursos de especialização a distância

CSA - Oferecer 10 cursos de especialização a distância

CRN - Oferecer 4 cursos de especialização a distância

ÁREA: 6.2 - Ensino de Pós-Graduação

Objetivo: 5 - Consolidar programas de pós-graduação

PPG - Regulamentar os cursos de pós-graduação stricto sensu a distância

A UEM é parceira, como Polo Regional, no programa de educação a distância do Ministério da Saúde/Ministério da Educação/Fundação Fiocruz - Projeto de Formação

Pedagógica em Educação e Formação de Professores na Área de Saúde: Enfermagem - PROFAE. O curso ofertou sua terceira turma e foi coordenado pelo Departamento de Enfermagem da UEM. A Universidade também é signatária do consórcio UNIREDE e REDiSUL de instituições públicas de educação superior para atuação em educação a distância.

8 Aspectos institucionais

A Universidade Estadual de Maringá – UEM é mantida pela Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Estado do Paraná, autorizada pela Lei Estadual nº 6.034. A UEM foi criada sob a forma de Fundação de Direito Público por meio do Decreto Estadual nº 18.109, de 28/01/1970. Seu reconhecimento ocorreu em 11/05/1976, por meio do Decreto Federal nº 77.583, tornando-se autarquia em 1991, pela Lei Estadual nº 9.663 de 17/07/1976.

A instituição conta com sete campi sendo o campus sede em Maringá e os campi regionais nas cidades de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Ivaiporã e Umuarama. Atualmente, a UEM oferta 61 cursos de Graduação presenciais, 51 cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e 64 cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, (42 em nível de mestrado e 22 de doutorado). Para tanto, além dos sete campi a instituição conta com sete Centros de Ensino e 49 Departamentos com uma população universitária de aproximadamente 20 mil pessoas entre docentes, discentes e técnicos universitários.

Em 2004, a UEM foi credenciada para atuar na modalidade de educação à distância, no ensino de Graduação e Pós-Graduação, pelo Ministério da Educação por meio da Portaria Ministerial nº 3.242, de 18/10/2004. Em 22 de julho de 2014 esta Instituição foi reconhecida para ofertar cursos em EaD por meio da Portaria nº 631/2014.

A partir de 2008 a UEM passou a ofertar cursos superiores à distância no âmbito do programa Universidade Aberta do Brasil-UAB. Atualmente a UEM conta com cinco cursos de licenciatura, um curso de bacharelado e três cursos de Especialização do Programa Nacional de Formação de Administradores Públicos (PNAP) com vagas financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, ofertados em 26 polos de apoio presencial distribuídos no Estado do Paraná, presentes nas regiões sudoeste, norte e noroeste.

Para atender os alunos na modalidade de educação à distância a UEM conta

com o Núcleo de Educação a Distância – NEAD que é um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PEN). O Núcleo de Educação à Distância tem por finalidade planejar, coordenar, organizar, desenvolver e acompanhar as atividades pedagógicas e administrativas na modalidade de educação à distância desta universidade. Para consecução de suas finalidades, constitui-se das seguintes unidades: Diretoria Geral, Divisão de Tecnologia de Informação e da Comunicação, Divisão de Tutoria e Capacitação, Divisão de Desenvolvimento Pedagógico, Divisão de Ambientes e Mídias para Aprendizagem e Secretaria.

Vale ressaltar que a UEM por meio do campus sede, dos campi regionais e dos cursos ofertados a distância, vem cumprindo um importante papel para democratizar e interiorizar o ensino superior público, gratuito e de qualidade.

8.1 Missão

Conforme estabelecido na Resolução 021/2005-COU, a UEM tem como:

Missão

Produzir conhecimento por meio da pesquisa; organizar, articular e disseminar os saberes por meio do ensino e da extensão, para formar cidadãos, profissionais e lideranças para a sociedade.

Visão de Futuro

Tornar a UEM uma instituição de excelência na formação de profissionais e pesquisadores, capazes de atender às necessidades e aos anseios da sociedade, de forma geral, e aos da comunidade onde ela está inserida.

8.2 Princípios e valores

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado do Paraná, incluindo seus mais distantes municípios, a Universidade Estadual de Maringá visa ofertar o curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal na modalidade a distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

8.3 Outros aspectos

A Universidade Estadual de Maringá – UEM, é uma universidade pública mantida pelo Estado do Paraná e subordinada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. O esforço e a qualificação de seu corpo docente tem sido reconhecido por diferentes rankings mundiais, criados para medir a qualidade das universidades a partir de diversos critérios acadêmico-científico.

Com sede na cidade de Maringá onde funciona a sua estrutura administrativa e a maioria de seus cursos de graduação e pós-graduação, a UEM também está presente em diversas cidades da região por meio de seus campi e base avançada.

Sua estrutura administrativa compreende:

I - Órgãos de deliberação superior:

a) Conselho Universitário (COU) – é o órgão máximo da Universidade e tem a função de exercer sua supervisão geral e traçar políticas institucionais. Ele é presidido pelo reitor e é composto pelo vice-reitor e representantes dos departamentos, servidores, estudantes, comunidade local e regional.

b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEP) – é um órgão consultivo e deliberativo em matérias referentes ao ensino, a pesquisa e a extensão. Ele é presidido pelo reitor e é composto pelo vice-reitor, coordenadores de colegiado de cursos e representantes de estudantes, comunidade local e regional.

c) Conselho de Administração (CAD) – é um órgão deliberativo que trata da orientação administrativa da Universidade. Ele é presidido pelo reitor e é composto pelo vice-reitor, diretores de centros, representantes dos servidores técnico-administrativos, estudantes e comunidade local e regional.

d) Conselho de Integração Universidade-Comunidade – é um órgão propositivo e consultivo. Ele é presidido pelo reitor e é composto pelo vice-reitor, ex-reitores, ex-vice-reitores e representantes do governo e da sociedade.

II - Reitoria;

Compreende a administração central, pró-reitorias, assessorias e demais órgãos suplementares.

III – Centros de Ensino;

Compreendem as unidades universitárias de integração dos departamentos do sistema de ensino, de pesquisa e de extensão. A universidade divulga anualmente seus principais números por meio de publicação estatística realizada pela Assessoria de Planejamento (www.asp.uem.br).

9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Aspectos Fundamentais

Com a justificativa de um Estado mais enxuto e eficiente, o Governo Collor patrocinou o desmonte do Estado brasileiro para transformá-lo em “Estado mínimo”, inspirado no *new public management*. A partir de então, houve uma redução do quadro de funcionários via aposentadorias precoces. Com a reforma administrativa no início do governo FHC, em 1995, desenha-se um Estado regulador e indutor ao invés do Estado desenvolvimentista verificado no Brasil até o final dos anos 1980.

O Governo Lula, que teve início em 2003, recompôs o quadro de servidores e, sem negar as mudanças havidas nos dois governos que o antecederam, implantou: a) reformas do modelo de gestão pública, b) ações voltadas para a inovação gerencial; e c) um Estado promotor da inclusão social com programas compensatórios de nível nacional (BRANDIÃO; PALASSI; FERREIRA, 2007).

A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado no âmbito federal, estadual e municipal, trazendo demandas gerenciais mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Na esfera da União, vislumbra-se a necessidade de um gestor mais generalista e com conhecimento em logística para atender, principalmente, às áreas de educação e saúde, que respondem por 34% e 21%, respectivamente, do total de servidores da União, segundo dados da ENAP. Nessas áreas há programas importantes e de grande magnitude – como a distribuição de material escolar, pelo MEC, e de preservativos,

retrovirais e medicamentos, pelo Ministério da Saúde – que necessitam de competência específica em logística para atingir todos os estados e municípios brasileiros.

No nível estadual, além de uma forte formação conceitual, indica-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais. No caso da estrutura administrativa, é sabido que os governos estaduais ainda não introduziram as mudanças necessárias para exercer o novo papel do Estado no Brasil, como revela Abrucio (2005). A formação de redes é uma possibilidade – com várias experiências positivas – de induzir o desenvolvimento regional a partir do esforço conjunto. Dos 5.564 municípios brasileiros – com 4,5 milhões de servidores – a maioria não possui economias de escala para alavancar o desenvolvimento de áreas prioritárias, como saneamento, habitação, manutenção de vias públicas urbanas e rurais.

No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o IPEA, indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências nos mercados urbano e fundiário; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

O plano diretor ou estatuto da cidade, na forma como é concebido no Brasil, revela-se como um grande plano estratégico; nesse caso, é preciso que o mesmo tenha um tratamento do tamanho de sua importância, tanto na elaboração quanto na sua implantação. Por um lado, a gestão da receita municipal exige conhecimento mais aprofundado de tributação; por outro, licitações e contratações, aliadas à administração de projetos compõem o lado dos gastos. Vale lembrar que a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterou a forma de gestão pública no Brasil, conforme sugere Banco Mundial (2006).

As diretrizes do Programa devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer;
- Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

A estrutura curricular do Programa de Especialização em Gestão Pública é concebida, inspirado em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos

e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste Programa é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

Carga Horária

- A estrutura curricular do curso é composta por um conjunto de 13 (treze) disciplinas, abrangendo um módulo básico, um módulo específico da área de concentração e, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC no formato de um artigo científico que revele domínio do tema escolhido e tratamento científico adequado.
- Para integralização curricular o estudante deverá cumprir a carga horária referente aos créditos de cada Área de Concentração, além da elaboração de *artigo científico* apresentado e defendido perante uma banca examinadora, podendo ser recomendado para ser publicado em revista com corpo editorial ou trabalho completo publicado em anais de evento científico.

Ressalte-se que a especialização pode comportar “Seminários Temáticos”, que destaquem, mais acentuadamente, as atividades de pesquisa na realidade vivenciada pelo estudante. É um esforço para permitir que o estudante possa ser um dos atores efetivos, junto com o professor de conteúdo, responsáveis pela construção do seu conhecimento em gestão pública, a partir da sua interação com a própria realidade em que vive. Se forem realizadas, as atividades do “Seminário Temático” vão culminar em seminários abertos à sociedade.

Tecnologia

Para o desenvolvimento dos conteúdos serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos:

- Textos impressos de apoio ao estudo, por disciplina;
- Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares;
- Encontros presenciais;
- Sistema de acompanhamento (tutoria).

A IPES, por intermédio da UAB/MEC, disponibilizará aos estudantes a estrutura existente nos Polos, com infraestrutura técnica e pedagógica, laboratório de computação, biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

O material didático principal será o impresso, composto por Textos de Apoio elaborados especificamente para esse curso. O autor e o professor especialista poderão indicar Leituras Complementares (Textos, artigos, programas, filmes), que serão disponibilizadas no AVA, além de alguns exemplares estarem disponíveis na biblioteca dos Polos.

Infraestrutura de EAD existente na UEM

A estrutura organizacional para os cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância da Universidade Estadual de Maringá - UEM é composta de um **Núcleo de Educação a Distância (Nead)**, localizado no Campus Sede da Universidade (Bloco H-O1) e por **Polos Regionais de Educação a Distância**, congregando **Centros de Educação a Distância** localizados nos municípios credenciados mediante convênio com a UEM.

Núcleo de Educação a Distância

O Núcleo de Educação a Distância (Nead) é o órgão responsável pela organização da educação a distância na UEM, com a implementação de um amplo sistema interativo de educação a distância, inclusive para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada. Dessa forma a Universidade pretende contribuindo para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001,

especificamente no seu item 6 referente à educação a distância e tecnologias educacionais.

O Nead tem ainda, como função, assessorar professores, departamentos e demais órgãos da universidade na produção de material didático e o gerenciamento dos recursos técnicos e tecnológicos de suporte e apoio aos cursos a serem ofertados na modalidade de educação a distância.

A infraestrutura da EAD na UEM vem sendo viabilizada com recursos advindos de projetos encaminhados à Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação e demais órgãos financiadores de projetos nessa área.

Com esses recursos a UEM construiu, no Campus Sede, o prédio (H-01) do Núcleo de Educação a Distância, totalizando 400 m², equipado com:

- 2 Estúdios de Geração e Transmissão de videoconferência e gravação de aulas;
- 6 Estúdios de recepção de videoconferência nos Polos Regionais de Educação a Distância da UEM, nos municípios de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Paranavaí e Umuarama, todos no Estado do Paraná;
- 1 laboratório para produção de material didático para web e capacitação de pessoal;
- plataforma didática para gestão de cursos a distância - Plataforma E-Proinfo/MEC;
- servidor de rede para suporte à plataforma didática;
- auditório equipado para produção e transmissão de aulas;
- estúdios para gravação de aulas;
- laboratório para edição e produção de DVD e demais mídias das aulas geradas.

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão pública, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Municipal está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto da gestão pública à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais e visando o desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, o curso contempla o estudo das teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além da formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- Transversalidade – os conteúdos, sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema;
- Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços.

9.2.1 Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores e analistas das políticas governamentais no âmbito local, nos seus processos de formulação, implementação

e avaliação e nas atividades administrativas e de prestação de serviços das organizações públicas municipais.

9.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver habilidades e competências para melhorar a prestação de serviços públicos municipais;
- Contribuir para a melhoria da gestão dentro de uma visão estratégica do setor público, a partir do estudo crítico, sistemático e aprofundado da realidade administrativa local.

9.3 Organização curricular

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

9.3.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução a EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	TCC	30
-	TOTAL DE HORAS/ MÓDULO BÁSICO	180

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os

problemas e questões da atuação do Estado e das administrações públicas municipais.

9.3.2 Módulo Específico

O módulo específico em Gestão Municipal é composto por sete disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
7	Município e Arranjos Interfederativos	30
8	Gestão Tributária e Orçamento Municipal	30
9	Desenvolvimento Urbano	30
10	Gestão da Saúde	30
11	Gestão da Educação	30
12	Licitações, Contratos e Convênios	30
13	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30
–	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

9.3.3 Ementário

Disciplina 1 – Introdução a EAD – 30h

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem.** São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância: pontos e contrapontos.** São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação.** Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade – 30h

EMENTA
Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo. Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.
BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
EVANS, Peter. Autonomia e parceria: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
RIBEIRO, João Ubaldo. Política: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.
SANTOS, Reginaldo Souza. Administração política como campo do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2010.
WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas – 30h

EMENTA
Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.
SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf . Acesso em: 02 ago. 2018.
WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf . Acesso em: 02 ago. 2018.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.
HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.
SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública – 30h

EMENTA
Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da

governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração pública: Coletânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa – 30h

EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p.,.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – TCC

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC** será no formato de artigo científico, originalmente elaborado pelo aluno, com a orientação de um professor integrante do quadro docente contido no projeto do curso e designado pela coordenação do curso.

Objetiva-se com o desenvolvimento do TCC que o aluno pesquise e reflita a sua realidade, seja como servidor público ou cidadão, a partir do conhecimento adquirido ao longo do curso e, ao final apresente suas contribuições, tendo por finalidade contribuir com as organizações públicas e a sociedade em geral.

Portanto, o artigo científico deve envolver a pesquisa empírica e consistir em uma publicação inédita, que apresenta temas, abordagens ou objetos que ainda não foram publicados.

ESTRUTURA PARA ARTIGO CIENTÍFICO IMPRESSO

A referência básica para elaboração do artigo científico pelos alunos do curso é o livro organizado por Freitas e Gonçalves (2015), intitulado “**Trabalho de conclusão de**

curso: o processo de construção de artigo científico, o qual está referenciado no final desse item.

O artigo deve ter o limite máximo de **20 páginas**, incluindo os elementos pré e pós-textuais. A formatação deve ser: espaço simples, fonte 12 (exceto as citações diretas), tipo Times New Roman ou Arial.

Os elementos que devem compor a estrutura do artigo científico são demonstrados no Quadro 2.

Elementos	Partes do artigo	Estrutura
Pré-textuais		Capa
		Folha de rosto (contracapa)
		Título; Resumo; Palavras-chave; Abstract e Keywords
Textuais	Introdução	1. Introdução
	Desenvolvimento	2. Referencial Teórico
		3. Metodologia: classificação da pesquisa; Método de coleta de dados
		4. Apresentação e Análise de Resultados
Conclusão	5. Considerações Finais	
Pós-textuais		Referências
		Apêndices e Anexos

Quadro 2- Síntese da estrutura proposta para elaboração do artigo

Sugestões de referências para elaboração, apresentação e formatação do artigo:

Referência Básica

FREITAS, Aparecida do Rocio; GONÇALVES, Marguit Neumann.(orgs). **Trabalho de conclusão de curso:** o processo de construção de artigo científico. Maringá: EDUEM, 2015. 117p.

Referências Complementares

CANONICE, Bruhmer César Forone. **Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos** . 2.ed. Maringá: EDUEM, 2007.

CURTY, Marlene Gonçalves; CURTY, Renata Gonçalves. **Artigo científico impresso:** estrutura e apresentação. 2. ed. Maringá: Dental Press Editora, 2008.

FORMA DE APRESENTAÇÃO: (ART. 7º, § 2º; Art. 23 e 24 - Resolução 007/2009-CEP)

/... Res. 007/2009-CEP fls. 7

SEÇÃO V DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Art. 23. O trabalho de conclusão, elaborado individualmente nas formas de monografia ou artigo científico, conforme opção prevista no projeto pedagógico do curso deve versar sobre um tema relacionado aos conteúdos ministrados no curso.

Parágrafo único. O trabalho de conclusão deve ser entregue em três cópias à coordenação do curso, um mês antes da data prevista para sua defesa.

Art. 24. Para a execução e avaliação do trabalho de conclusão, devem ser observados os seguintes critérios:

I - cada aluno deve ter um orientador, pertencente, preferencialmente, ao corpo docente da UEM, escolhido na relação constante do projeto pedagógico do curso, e divulgado pelo coordenador, até 60 dias após o início das atividades do curso;

II - cada orientador pode orientar, no máximo, 15 alunos num mesmo período, dentre os cursos lato sensu oferecidos pela UEM;

III - o trabalho de conclusão deve ser redigido em língua portuguesa, obedecendo aos critérios para elaboração de trabalhos científicos;

IV - quando for desenvolvido trabalho de conclusão que envolva pesquisa com seres humanos, animais ou organismos geneticamente modificados, antes do seu início, o trabalho deve ser submetido à apreciação dos Comitês de Ética da UEM;

V - a avaliação dos trabalhos de conclusão de curso, com resultado expresso nos termos “aprovado” ou “reprovado”, é feita por uma comissão julgadora, constituída pelo orientador e mais dois docentes com titulação mínima de mestre, vinculados a uma instituição de nível superior, no prazo máximo de trinta dias a contar da data da entrega do trabalho à coordenação do curso;

VI - para se atribuir à menção “aprovado”, o trabalho de conclusão avaliado deve ter obtido uma nota igual ou superior a sete vírgula zero. § 1º Nos cursos de língua ou de literatura estrangeira, excepcionalmente e conforme previsão no projeto pedagógico do curso, a redação do trabalho de conclusão pode ser feita na respectiva língua estrangeira. § 2º O trabalho de conclusão pode ser objeto de apresentação em sessão pública, desde que prevista no projeto pedagógico do curso.

Disciplina 7 – Município e Arranjos Interfederativos – 30h

EMENTA
Poder local e federalismo no Brasil contemporâneo. Pacto Federativo: O Município no sistema político brasileiro. Competências Constitucionais, Legislação e Lei Orgânica do Município. Micro Regiões e Regiões Metropolitanas. Arranjos locais e

interfederativos: Parcerias Público Privada, consórcios, cooperação, redes e outros. Estudos de casos aplicados.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
ARRETCHE, Marta. Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil . Rio de Janeiro, Editora FGV/Fiocruz, 2012.
HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (orgs.). Federalismo e Políticas Públicas no Brasil . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.
SPINK, Peter; BAVA, Silvio; PAULICS, Veronika (orgs.). Novos contornos da gestão local: conceitos em construção . São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. Disponível em: http://www.polis.org.br/uploads/930/930.pdf . Acesso em: 02 ago. 2018.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública . 11. ed. São Paulo: GEN/Forense, 2017.
FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. Cadernos Adenauer XII (2011), Rio de Janeiro, n. 4, abril 2012.
JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares . Rio de Janeiro: FGV, 2006.
LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil . 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
OLIVEIRA, Romualdo P.; SANTANA, Wagner. Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade . Brasília: UNESCO, 2010.

Disciplina 8 – Gestão Tributária e Orçamento Municipal – 30h

EMENTA
Tributos Municipais. Tributos como ferramenta de indução ao desenvolvimento municipal. Transferências Governamentais. Planejamento Orçamentário: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Experiências de Orçamento Participativo. Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Crimes Fiscais. Controle social e transparência. Estudos de casos aplicados.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
BRUNO, Reinaldo Moreira. Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público Municipal . 5. ed. Curitiba (PR): Juruá, 2013.
MACEDO, Alberto; AGUIRREZÁBAL, Rafael; PINTO, Sergio Luiz de Moraes; ARAÚJO, Wilson José de. Gestão Tributária Municipal e Tributos Municipais . São Paulo: Quartier Latin, 2017. v. 6.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (orgs.). **A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. amp. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (orgs.). **Planejamento e Orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>. Acesso em: 02 ago. 2019.

FREITAS, Mário S. N. **Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica**. Salvador: Bahia Análise e Dados, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 7-70, 2001.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. **Disciplina fiscal e qualidade do gasto público**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Disciplina 9 – Desenvolvimento Urbano – 30h

EMENTA

Teorias, abordagens e indicadores do desenvolvimento urbano. Gestão de Serviços e Equipamento Urbanos. Gestão Ambiental e de Resíduos Sólidos. Uso e Ocupação do Solo. Gestão do Patrimônio Histórico, Cultural e Social. Saneamento. Mobilidade Urbana. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LING, Anthony. **Guia de gestão urbana**. São Paulo: BEI, 2017.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (orgs.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do estatuto da cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

SCHWALM, Hugo; LADWIG, Nilzo Ivo. **Espaço Urbano Sustentável: planejamento, gestão territorial, tecnologia e inovação**. Florianópolis: Insular, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIM, Francini Imene Dias. **Resíduos sólidos: impactos, manejo e gestão ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BERNARDI, Jorge Luiz; BRUDEKI, Nelson Martins. **Gestão de Serviços Públicos Municipais**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 214 p.

OLIVEIRA, Dinara de Arruda. **Plano Diretor das Cidades**. Brasília: Juris, 2018.

SILVA, Edson Jacinto da. **Loteamento urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: JH Mizuno, 2016.

Disciplina 10 – Gestão da Saúde – 30h

EMENTA

Princípios do SUS e pacto federativo. Organização da Atenção à Saúde: cuidados primários e estratégia saúde da família. Planejamento municipal: plano plurianual, plano anual e relatório de gestão. Regulação, Controle e Avaliação. Financiamento municipal em saúde. Controle Social: conselho municipal de saúde; gestão participativa. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2015. 127 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Gestão do SUS** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2015. 133 p.

GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de (orgs.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

STARFIELD, Bárbara. **Atenção, primária**: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. cap. I e II. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_primaria_p1.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p. Disponível em: <http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/redesAtencao.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Manual para entender o controle social no SUS**. Brasília: CNS, 2013. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/manual_para_entender_controle_social.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; GUERRERO, André Vinicius Pires (orgs.). **Manual de Práticas na Atenção Básica**: saúde ampliada e compartilhada. São Paulo: Hucitec, 2008. Disponível em:

http://andromeda.ensp.fiocruz.br/teias/sites/default/files/biblioteca_home/manual_das_praticas_de_atencao_basica%5B1%5D.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

PINEAULT, Raynald. **Compreendendo o sistema de saúde para uma melhor gestão**. 1. ed. Brasília: Linha Editorial Internacional de Apoio aos Sistemas de Saúde, 2016. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/LEIASS-2.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

Disciplina 11 – Gestão da Educação – 30h

EMENTA

Arcabouço legal e normativo de financiamento da educação na esfera municipal: LDB e Fundeb. Gestão da rede municipal de educação: unidades escolares, creches, projetos pedagógicos, valorização do magistério, matrícula, transporte e merenda. Arranjos interfederativos e políticas públicas na área de educação: Plano de Ações Articuladas. Conselhos escolares e controle social. Indicadores de Avaliação de Desempenho na Educação Básica. Uso de tecnologias na educação. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRAVO, Ismael. **Gestão Educacional no Contexto Municipal**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.

BROOKE, Nigel. **Avaliação da Educação Básica: a experiência Brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB**. 4. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BACICH, Lilian. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. São Paulo: Penso, 2017.

CUNHA, Maria Couto (org.). **Gestão Educacional nos Municípios: entraves e perspectivas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 366 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bxgqr/pdf/cunha-9788523209025.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Inep, 2007.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; BARBALHO, Maria Goretti Cabral; COSTA, Maria Simone F. Pereira M. **Dimensões do Plano de Ações Articuladas: contextos e estratégias de implementação**. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2017.

MARCELINO, Maria de Fátima. **Conselho municipal de educação e ensino escolar: limites e perspectivas**. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2013.

Disciplina 12 – Licitações, Contratos e Convênios – 30h

EMENTA
Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação, invalidação e controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios. Planejamento de compras governamentais e Gestão de Suprimentos na administração municipal. Análise da Legislação Local. Estudos de casos aplicados.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos . 17. ed. São Paulo: RTB, 2016. MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos . 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. TOLOSA FILHO, Benedito de. Licitações, Contratos e Convênios . Curitiba: Juruá, 2016.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016. FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos . 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

Disciplina 13 – Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos – 30h

EMENTA
Planejamento Estratégico: conceitos, modelos, etapas e instrumentos. Elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos. Técnicas e instrumentos: redes de programação, cronogramas, orçamento financeiro. Equipe e estruturas de organização de projetos. Prospecção de fontes de financiamento. Relatórios de desempenho. Encerramento físico-financeiro de projetos. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>MINTZERG, Henry. Safari de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2010.</p> <p>MOORE, Mark H. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: Enap, 2002.</p> <p>PRADO, Darci. Planejamento e Controle de Projetos. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ANDRADE, Arnaldo Rosa de. Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>PMI. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos. 6. ed. Brasília: PMI do Brasil, 2017.</p> <p>TCU. Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.</p>

10 Estrutura administrativo-pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão Municipal a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da Ipes, ou a projetos de pesquisa;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender e da Administração Pública.

Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de pró-atividade, de *empowerment*, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantam as condições necessárias a efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*); do editor ao artista gráfico (*web designer*) etc. Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa.

A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

10.1 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta de corpo docente, tutores, Coordenador de curso, Coordenador de tutoria, tutores (presencial e a distância), secretários, e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

O acadêmico com deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ato da matrícula ou no decorrer do curso, poderá solicitar o apoio previsto na legislação, indicando qual o tipo de deficiência/necessidade especial apresenta.

Dentre os tipos de apoio disponibilizados estão: a) adaptação curricular e de recursos, tais como: impressões em Braille, impressões em fonte ampliada, textos digitalizados em formato acessível aos acadêmicos com cegueira e baixa visão; tempo estendido e espaço físico para realização de avaliações; b) mediação pedagógica específica: tradutor/intérprete de Libras e monitoria especial.

Esse apoio é ofertado pelo PROPAE - Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais, em acordo com os colegiados de cursos. Integram o referido programa, professores, técnicos e alunos que desenvolvem projetos de pesquisa, ensino e extensão envolvendo a temática da Educação Especial.

O PROPAE está lotado na Pró-Reitoria de Ensino (PEN), em conjunto com a qual, vem desenvolvendo ações no sentido de garantir a acessibilidade no ensino superior viabilizando o ingresso, a permanência e a terminalidade dos estudos aos acadêmicos da UEM que apresentam deficiência e/ou NEE.

10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

Entre as atividades previstas e já realizadas para a capacitação dos profissionais envolvidos, destacamos:

Cursos de extensão propostos/ofertados pelo NEAD:

- Google Classroom: instruções técnicas e pedagógicas
- Ambientação na Plataforma Moodle: instruções técnicas e pedagógicas
- I Seminário Internacional de Cultura Digital e Educação – SICDE
- Sobreviver à Quarentena: ferramentas para sua saúde física e mental e vida financeira
- Capacitação de professores de inglês para o atendimento a alunos disléxicos

Cursos de extensão propostos por departamentos e ofertados em parceria com o NEAD:

- Neurociências Aplicada à Educação

- As Tecnologias Educacionais e a Preparação de Aulas em Modo Remoto
- Educação Financeira Sustentável: Base Para a Prosperidade
- Formas de solução de conflitos de interesse
- Internacionalização acadêmica e Formação de professores: abordando o Inglês como Meio de Instrução
- Sobreviver à Quarentena: ferramentas para sua saúde física e mental e vida financeira
- Capacitação de professores de inglês para o atendimento a alunos disléxicos

10.3 Docentes que participam da gestão do curso

Por se tratar de uma reoferta de curso de Pós-graduação, os docentes que participam dessa primeira fase são:

Profa. Dra. Josimayre Novelli – Diretora do Núcleo de Educação a Distância – UEM

Profa. Dra. Gisele Mendes de Carvalho – Diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CSA/UEM

Prof. Dr. Vicente Chiaramonte Pires – Chefe do Departamento de Administração - DAD

Prof. Dr. Augusto Cesare de Campos Soares – Coordenador Interino do Curso

Será realizado processo seletivo para a escolha do coordenador do curso.

11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e a organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e

- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema, que dá suporte à ação educativa, preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Municipal encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

11.1 Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Municipal, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre

estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Os supervisores de tutoria serão escolhidos por processo seletivo, que terá como critérios para a função ser Professor ou aluno de pós-graduação *stricto sensu* de áreas da Administração.

Os tutores conteudistas (sede) serão escolhidos por processo seletivo, que terá como critérios a formação acadêmica em administração ou áreas afins ou aluno de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* em administração e áreas afins.

Os tutores de Polo serão escolhidos por processo seletivo, que terá como critérios para a função ser aluno de graduação ou pós-graduação de áreas da Administração e áreas afins;

Todos os candidatos à tutoria deverão ainda:

- ▶ ter dedicação de carga horária compatível com seu contrato, incluindo possíveis atividades inerentes à tutoria fora do seu horário normal de trabalho;
- ▶ ter facilidade de comunicação;
- ▶ ter conhecimentos básicos de informática;
- ▶ participar de Cursos de Formação.

Após a seleção, os candidatos deverão participar do processo de formação que supõe a participação em um curso sobre EAD, a participação de grupos de estudo sobre o material didático do curso e questões relativas ao processo de orientação. Os tutores deverão ainda participar duas vezes por semestre de um programa de capacitação realizado na sede. Todos os tutores serão certificados ao final do Curso.

Juntamente com os coordenadores de curso, cada equipe de tutores se responsabilizará pelo processo de acompanhamento da vida acadêmica dos alunos em todos os níveis.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- e-mail;
- moodle (plataforma online);
- Google sala de aula;
- Telegram;
- Google meet;
- Doodle.

11.2 Encontros presenciais

No desenvolvimento do curso, serão realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentações de monografias.

Os encontros presenciais serão realizados no início e no decorrer de cada semestre. No início do curso, servirão para oferecer visão da dinâmica do curso e da modalidade a distância. Será realizado também treinamento para uso adequado do ambiente virtual de

aprendizagem. No início de cada semestre, haverá entrega dos materiais didáticos do semestre e o calendário.

Ao longo do semestre, seria interessante propiciar encontros presenciais fazendo coincidir a finalização de uma disciplina – momento este em que se realizará a avaliação da mesma - com o início da seguinte – propiciando ao cursista um mapeamento de seu percurso. Assim, os encontros durante o semestre servirão para discussões temáticas por parte dos professores das disciplinas ofertadas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentação de trabalhos.

Destacam-se, previamente, os seguintes encontros presenciais, preferencialmente:

- *Aula inaugural no início do curso:* com o objetivo de oferecer uma visão geral do processo de desenvolvimento do curso, assim como da modalidade a distância. Haverá também formação para uso adequado do ambiente virtual de aprendizagem e para uso do aplicativo para acompanhamento pedagógico do curso.
- *No início de cada semestre:* servirão para oferecer a visão geral do processo de desenvolvimento do semestre. Haverá entrega dos materiais didáticos do semestre bem como exploração das atividades de estudo e pesquisa.
- Reuniões periódicas da coordenação com os tutores.
- Reunião dos membros do colegiado, sempre que convocados.
- Reunião com representação da coordenação nos colegiados superiores da IES.

12 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

12.1 Avaliação institucional

A Comissão Própria de Avaliação da UEM (CPA) foi instituída pelo Conselho Universitário da UEM em dezembro de 2005, responsável pela execução de parte do processo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tendo por finalidade coordenar o processo interno de avaliação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em suas múltiplas dimensões.

Ao longo de décadas de existência, a CPA buscou sistematizar na UEM um processo contínuo de avaliação interna, assegurado pela Proposta de Autoavaliação aprovada por meio da Resolução n.º 015/2006-COU, com o propósito de tornar a prática da avaliação institucional um instrumento de gestão, gerando reflexão permanente das ações na Universidade, buscando fortalecer as relações da Universidade com a sociedade civil, enfatizando que a tarefa da avaliação na UEM é de caráter globalizante e interativo; firmando-se como uma avaliação institucional que possibilite à Comunidade Universitária o autoconhecimento e a definição de horizontes claros no planejamento de ações destinadas à superação das dificuldades e o aprimoramento institucional.

Com um olhar no futuro e nos princípios estabelecidos pela Lei do SINAES e legislação conexa, a CPA institucionalizou uma estrutura para a realização da Autoavaliação de forma a garantir a continuidade do sistema, independentemente de seus dirigentes.

No Paraná, as Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEEs) públicas seguem um sistema de avaliação próprio que é o Sistema Estadual de Avaliação da Educação Superior (SEAES), sob a competência da Coordenadoria de Ensino Superior (CES) e da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino do Paraná (CEA) vinculadas à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), não tendo a obrigatoriedade de submissão do relatório de autoavaliação institucional ao INEP. A Deliberação nº 01/2017, do Conselho Estadual de Educação (CEE) fixou normas para as Instituições de Educação Superior mantidas pelo Poder Público Estadual e pelo Municipal do Estado do Paraná e dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições e de seus cursos.

Atualmente, regulamentada pela Resolução nº 015/2013-COU, a CPA tem a seguinte composição: sete docentes, indicados em processo próprio, sendo um de cada Centro de Ensino; três técnico-administrativos, eleitos por seus pares em processo próprio; dois discentes indicados pelo Diretório Central de Estudantes em processo próprio; dois representantes da sociedade civil organizada, sendo um indicado pela Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM) e um indicado pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Maringá (SINTEEMAR).

12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD

A EaD oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma *organização de apoio institucional* e uma *mediação pedagógica* que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se, então, de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores, sujeitos ativos na implementação do mesmo; de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante; do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*); do editor ao artista gráfico (*web designer*), etc.

Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. Sendo assim, o Curso de

Administração Pública na modalidade à distância possui estrutura administrativa-pedagógica que contempla:

- O estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “à distância”;
- Professores autores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
- Professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Professores pesquisadores: ligados a programa de pós-graduação da Instituição, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar o sistema como um todo, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da Instituição na modalidade a distância;
- Tutores (presenciais, à distância): bacharéis em Administração, ou em áreas afins, atuando no Polo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso. Atuam sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”, função ocupada por um professor do curso de Administração Pública;
- Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

Assim organizada, a “instituição ensinante” pode oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- *A estrutura organizativa*: composta pelos sub-sistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Polos de Apoio Presencial.
- *A comunicação*: que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente do estudante, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.
- *O trabalho cooperativo*: na modalidade à distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, Web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face-a-face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre

estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- Processos de orientação e avaliação próprios;
- Monitoramento do percurso do estudante;
- Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Pós-graduação em Gestão Pública Municipal, na modalidade à distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa, prevêem:

- *Rede Comunicacional*: torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Instituição e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica, com a garantia de: (1) manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso; (2) designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso; (3) manutenção dos núcleos tecnológicos na Instituição e nos Polos, que dêem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e (4) organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a Instituição.
- *Produção de Material Didático*: O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico.

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Pós-graduação em Gestão Pública Municipal tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles: estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;

- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados:

O curso será avaliado anualmente e de forma permanente por uma comissão instituída pela Universidade, podem ser constituída pelo coordenador geral, coordenador pedagógico e supervisores de tutoria e outros membros da Universidade. Será operacionalizado por meios eletrônicos (Internet), viabilizado tecnicamente pelo Núcleo de Processamento de Dados da UEM.

A estrutura das questões e o processo valorizam a opinião do acadêmico. Além disso, permite fazer um acompanhamento personalizado, sistemático, série por série, disciplina por disciplina, avaliando, ainda, a metodologia do ensino e a infraestrutura técnica e de pessoal, envolvendo todos os atores do sistema de educação a distância. O sistema fornecerá resultados rapidamente, podendo ser, em seguida, disponibilizado à comunidade.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

12.3 Avaliação de aprendizagem

A avaliação é um processo contínuo, cumulativo, descritivo, compreensivo, cujo objetivo principal é possibilitar aos sujeitos da prática educativa (professores, estudantes, orientadores, coordenadores) acompanharem o desenvolvimento do Projeto Pedagógico. O processo de avaliação seguirá o estabelecido na Resolução nº 007/2009 – CEP. Nesse sentido, pressupõe análises e reflexões relativas às dimensões estruturais e organizacionais do projeto, numa abordagem didático-pedagógica, como também as dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação.

Cada disciplina será avaliada por meio de prova e/ou trabalho, com nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). Cada disciplina terá um valor expresso em

horas de aula. A carga horária relativa a cada conteúdo só será conferida ao estudante que obtiver conceito mínimo 7,0 (sete vírgula zero).

A reprovação em até duas disciplinas não excluirá o estudante do Curso, desde que o mesmo refaça o percurso com atividades substitutivas (provas, trabalhos escritos e outras atividades a serem definidas pelo professor da disciplina juntamente com o Coordenador do Curso).

13 Processo de comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: telefone, *chat* via plataforma online, web conferências, sendo este o momento síncrono dos alunos com os professores.

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados por meio da plataforma online utilizada pela Instituição, os alunos farão uso de fóruns tira-dúvidas, *e-mails* para se comunicar com a Secretaria, entre outros.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.